



Interpelação das massas, esquerdismo, agitação e demagogia: as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições no Rio Grande do Sul (1958/1962) e a construção do mito do populismo

Interpelation of the masses, leftism, agitation and demagogu: the analyzes of Armando Fay de Azevedo about the elections in Rio Grande do Sul (1958/1962) and the construction of the myth of populism

Samuel da Silva Alves

Mestrando em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

allvesamuell@gmail.com

Recebido em: 17/08/2018

Aprovado em: 14/09/2018

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender como as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições de 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul enquadram-se no processo de construção do mito do populismo na política brasileira, e também de que forma inserem o PTB e Leonel de Moura Brizola neste contexto. O ponto de partida para este estudo são dois artigos, intitulados *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul* e *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, publicados pelo autor na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*.

Palavras-chave: Populismo, Eleições no Rio Grande do Sul, Armando Fay de Azevedo.

Abstract: The purpose of this article is to understand how the analyzes of Armando Fay de Azevedo about the 1958 and 1962 elections in Rio Grande do Sul are part of the process of constructing of the myth of populism in brazilian politics, and also how the PTB and Leonel de Moura Brizola are inserted in this context. The starting point for this study are two articles, titled *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul* e *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, published by the author in the *Revista Brasileira de Estudos Políticos*.

Keywords: Populism, Elections in Rio Grande do Sul, Armando Fay de Azevedo.

Considerações iniciais

Vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* foi fundada pelo professor Orlando Magalhães Carvalho, em 1956, com auxílio financeiro (ao menos em suas primeiras edições) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do governo de Minas Gerais. No cerne de suas análises, como



evidenciado na *Apresentação* de sua 1ª edição, estavam as questões político-sociais brasileiras. Conforme o texto, em decorrência de um cenário político marcado pela preocupação dominante com a realidade, o Brasil constituía, naquele momento, um campo propício ao exame e investigação de problemas sociais e políticos. Frente a estes problemas e inquietações, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* se propôs, enquanto órgão especializado, a recolher e divulgar, periodicamente, os resultados das observações e reflexões de estudiosos brasileiros (tais como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros) acerca dos graves problemas que permeavam a política brasileira no período (CAMPOS, 1956, p. 7-8).

De 1956 a 1964, o periódico dedicou-se, entre outras coisas, à análise de processos eleitorais em nível municipal, estadual e nacional¹. No que se refere às eleições e campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul, o responsável pelos balanços eleitorais foi Armando Fay de Azevedo, acerca do qual os registros historiográficos são escassos e fragmentados. Conforme Charles Sidarta Machado Domingos (2009, p. 170), no período da experiência democrática brasileira (1945-1964), Azevedo atuou como professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e analista político, escrevendo, além das análises para a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, também uma coluna para o jornal *Correio do Povo*, intitulada *A Semana Política*. Todavia, como nos mostra Mônica Karawejczyk (2008, p. 234), Azevedo já possuía vínculos com o *Correio do Povo* desde a década de 1930, durante a qual exerceu também os cargos de deputado constituinte (1935) e deputado estadual na primeira legislatura (1935-1937), vinculado ao Partido Libertador (PL) (TRINDADE, NOLL, 2005, p. 166-177).

Entre os diversos temas abordados por Azevedo em suas análises dos processos eleitorais sul-rio-grandenses encontra-se o populismo. O conceito de populismo tem gerado, desde a década de 1950, diversos debates na historiografia brasileira. Do Grupo de Itatiaia a autores contemporâneos como Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, diversos são os pesquisadores que, no decorrer das décadas, tem se dedicado à análise deste conceito. Na contramão da teoria clássica, estes últimos compreendem o populismo não como um fenômeno determinante para a relação entre Estado e sociedade no período que vai de 1930 a 1964, ou ainda como uma característica da política nacional neste intervalo temporal. Pelo contrário, entendem-no como um mito, criado entre os anos de 1950 e 1960 para explicar esta mesma política e vinculado desde então, especialmente, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

¹ Informações retiradas de um balanço realizado pelo autor das edições de 1956 a 1964, pertencentes ao acervo da Biblioteca Central Irmão José Otão – PUCRS.



No intuito de contribuir com os estudos sobre esta temática, este trabalho tem como objetivo compreender, ainda que parcialmente, como as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições de 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul enquadram-se no processo de construção do mito do populismo na política brasileira, citado pelos autores acima, e também de que forma inserem o PTB e Leonel de Moura Brizola neste contexto. As fontes utilizadas para este estudo são dois artigos, intitulados *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul* e *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, publicados na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* nos anos de 1960 e 1964, respectivamente.²

Os debates acerca do conceito de populismo na historiografia brasileira

Uma das principais teses formuladas na tentativa de explicar a relação existente entre os políticos e a população brasileira, no período entre 1930 e 1964, faz menção à presença do populismo na política nacional. Em seus estudos sobre o populismo no Brasil, Angela de Castro Gomes (2001, p. 22-23) afirma ser possível datar, como marco para as primeiras formulações e discussões a respeito deste conceito, a década de 1950. Segundo a autora, tais debates surgiram, sob a influência da teoria da modernização³, a partir de reuniões entre um grupo de intelectuais

² No que se refere à utilização de periódicos na pesquisa histórica, Tânia Regina de Luca (2008, p. 131-142) aponta para a necessidade de alguns cuidados metodológicos, tais quais: a) a atenção para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade); b) a caracterização do material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; c) a caracterização do grupo responsável pela publicação; d) a identificação dos principais colaboradores; e) a identificação do público a que se destinava; e f) a identificação das fontes de receita, entre outros. Assim como Luca, Claudio Pereira Elmir, em um artigo intitulado *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica* (1995) elenca uma série de cuidados necessários para o manuseio deste tipo de fonte. Dentre as precauções metodológicas apontadas por Elmir (1995, p. 21-27) estão: a) a leitura intensiva, meticulosa, exaustiva, e não extensiva, a exemplo da leitura cotidiana de periódicos; b) a noção de si enquanto leitor empírico, e não como leitor modelo do jornal analisado; c) a distinção entre o que é significativo para a compreensão do objeto de análise e o que é casual; d) a suspeição, de forma moderada, em relação ao que está sendo lido; e) a utilização, em conjunto, de outras fontes e obras bibliográficas; e f) a contextualização destas fontes. Por fim, outro autor que tem se dedicado aos estudos sobre história e imprensa é Luís Carlos dos Passos Martins (2018, p. 65-66), que, em um de seus recentes trabalhos, destacou uma série de cuidados metodológicos necessários para a utilização de fontes impressas na pesquisa histórica: a) a identificação dos proprietários e principais jornalistas do periódico (a fim de identificar compromissos ou vínculos externos com grupos econômicos e políticos e instituições privadas e públicas); b) a identificação e mapeamento das principais fontes de financiamento de uma publicação (venda avulsa e por assinatura, classificados, publicidade privada e estatal); c) a identificação do público preferencial do jornal (leitor implícito ou efetivo); e d) a identificação da linha editorial do jornal e/ou seu histórico (tomadas de posições passadas em relação a questões políticas e econômicas).

³ Conforme explica Jorge Ferreira (2001, p. 64-65), esta teoria, formulada por estudiosos estrangeiros como os argentinos Gino Germani e Torcuato di Tella, exerceu um papel decisivo nas concepções do conceito de populismo no Brasil, realizadas nas décadas de 1950 e 1960. Segundo estes teóricos, o surgimento do populismo na América Latina está associado à transição de uma sociedade tradicional (rural e agrária) para uma sociedade moderna (urbana e industrial). Esta passagem foi marcada por um rápido processo de urbanização, no qual as massas populares, oriundas majoritariamente de zonas rurais, passaram a exigir participação política e social. Tais ambições forçaram uma série de transformações no sistema político, bem como um alinhamento entre as massas e as camadas médias da sociedade. Do seio destas classes médias, mediante a incapacidade das classes fundamentais de oferecerem respostas às



que visava discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao país. Um dos principais pontos abordados por estes intelectuais, conhecidos como Grupo de Itatiaia⁴, foi justamente o surgimento do populismo na política brasileira.

Em um artigo publicado na revista *Cadernos do Nosso Tempo* no ano de 1954, atribuído a Hélio Jaguaribe (membro do Grupo de Itatiaia e Secretário Geral da revista), intitulado *Que é o Ademarismo?*, é possível ter uma ideia da concepção de populismo formulada por este grupo de intelectuais. Conforme este artigo (1954, p. 143-144), três eram as condições básicas às quais a emergência/caracterização do populismo encontrava-se sujeita: a) um fenômeno de massificação e a consequente existência de um proletariado sem consciência, sentimento e organização de classe; b) a presença de uma classe dirigente, convertida em classe dominante, em crise de hegemonia, sem representatividade e poder de exemplaridade; e c) a existência de um líder populista, carismático, capaz de empolgar e mobilizar as massas para a conquista do poder.

De acordo com Gomes (2001, p. 27-29), durante a década de 1960 os debates sobre o conceito de populismo não apenas se mantiveram, mas também se intensificaram, buscando não mais apenas explicações para a relação existente entre os políticos e a população brasileira, mas também para o golpe civil-militar ocorrido ainda na primeira metade desta década. A partir de reflexões sobre as razões do golpe, entendeu-se que o mesmo possuía suas raízes no esgotamento da experiência populista, periodizada entre os anos de 1930 e 1964. Entre os diversos estudiosos desta nova fase de formulações e discussões, a autora destaca aquele que considera o mais importante teórico do populismo no Brasil: Francisco Weffort.

Em sua obra *O populismo na política brasileira*, Weffort (1978, p. 69) afirma que o populismo no Brasil pode ser definido tanto como um estilo de governo quanto como uma política de massas, frutos de um processo que teve a sua gênese na Revolução de 1930. Na visão do autor, o populismo enquanto fenômeno político pode ser compreendido de diferentes maneiras:

Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afinados na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura de Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da

demandas populares, surgiram líderes capazes de “manipular” as massas e que se valeram da ausência de instituições e ideologias autônomas nestas sociedades.

⁴ De acordo com Gomes (2001, p. 22-23), é este grupo, patrocinado pelo Ministério da Agricultura, que em 1953 cria o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), responsável pela publicação do *Caderno do Nosso Tempo*, berço da ideologia nacional desenvolvimentista que veio a crescer na década de 1950. Segundo a autora, tal grupo pode ser considerado o embrião do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado anos depois. Entre outros, participaram do grupo e colaboraram em sua publicação nomes como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.



democracia pós-guerra (1945-64). Foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir a oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que parecia existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses grupos decênios, e da necessidade, sentida por alguns novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político. (WEFFORT, 1978, p. 69)

Segundo Weffort (1978, p. 76-79), a ascensão das classes populares neste período esteve desde o início condicionada, sobretudo, à incapacidade dos grupos dominantes de assegurarem para si as funções de hegemonia política e oferecerem as bases de legitimidade deste novo Estado. Diante deste cenário, a participação das massas populares urbanas constituiu-se como a única fonte social possível, tanto para o poder pessoal autônomo do governante quanto para o Estado. Tal estrutura política é definida pelo autor como “um Estado de compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de massas, a expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular” (WEFFORT, 1978, p. 79).

Entre os anos de 1945 e 1964, Weffort (1978, p. 70-71) afirma que a política nacional foi marcada (especialmente após a morte de Vargas) pela presença de lideranças políticas que buscaram conquistar a adesão popular nos principais centros urbanos do país. Indivíduos dotados de um estilo próprio, de uma política pessoal pouco explícita e de uma ideologia ainda menos explícita e por vezes confusa. Na compreensão do autor, suas diferenças e contradições tornaram difíceis, por vezes, a percepção de uma significação comum, além do interesse na conquista do voto popular e da manipulação de suas aspirações. Manipulação que, por sua vez, apesar de ter sido uma das tônicas do populismo no período, nunca foi absoluta, mas sim ambígua:

Ele (o populismo) foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerceram seu domínio, mas foi também uma das principais maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambiguidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder. (WEFFORT, 1978, p. 71)

Devido a esta ambiguidade, Weffort (1978, p. 85) sugere (sem sucesso) a substituição de *manipulação* por *aliança*. Uma *aliança* na qual a hegemonia que se encontra vinculada aos interesses



dos grupos dominantes apenas torna-se possível mediante ao atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares.

De acordo com Jorge Ferreira (2001, p. 82), entre as décadas de 1970 e 1980 esta teoria clássica do populismo começou a dar sinais de esgotamento em suas ideias centrais. Alguns elementos nela presentes, como a teoria da modernização, o papel do Estado como elemento organizador de classes e o comportamento das classes trabalhadoras, determinados por estruturas socioeconômicas, já não satisfaziam mais alguns estudiosos, que, influenciados pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, passaram a questionar tal interpretação. Entre estes estudiosos, destacam-se alguns historiadores já citados, tais como Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.

Na compreensão de Gomes (2002, p. 63-64), o populismo caracteriza-se como uma das construções míticas mais importantes do imaginário político e social brasileiro⁵. Conforme a autora, esta mitologia populista:

[...] evoca a desesperança e o ceticismo. Ela narra um destino manifesto que se configura como um impasse permanente. É como se houvesse uma “caveira de burro” enterrada no solo político brasileiro, que sela um pacto perverso entre elites e povo, ambos marcados pela ausência de atributos positivos de forma verdadeiramente ontológica. [...] Ela é uma narrativa que rebaixa a sociedade e a política brasileiras [...] (GOMES, 2002, p. 67).

Diferentemente do populismo, Gomes entende o trabalhismo como uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o pensamento ou as ideias políticas. De acordo com a autora:

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de ideias, valores, símbolos, rituais e vocabulários que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de

⁵ A fim de definir o que é um mito, Gomes (2002, p. 64-65) remete à obra *Mitos e mitologias políticas* (1986), de Raul Girardet. Neste caso, os mitos são compreendidos como duradouros e complexos sistemas de crenças, resistentes ao tempo e às provas empíricas devido ao fato de serem, simultaneamente, ficção e realidade, não sujeitos às confrontações que sigam uma lógica racional demonstrativa. Tratam-se de interpretações da realidade que cumprem determinadas funções sociais que, de forma mais ou menos intensa, podem se combinar. De maneira simplificada, podem ser tratados “como uma narrativa que explica as origens e, por isso, as características de um grupo social; como uma ideia força capaz de mobilizar e estimular os membros de um grupo para a ação; e como uma mistificação, uma ilusão produzida para lidar com a realidade, sem subordinação a um raciocínio de tipo lógico”. Neste último caso, os mitos atuam como construções “reveladoras” de uma sociedade, que demonstram seus valores através de rica e complexa linguagem. A ilusão, neste caso, remete ao seu componente imaginário, ao seu não compromisso com o “real”, que concede ao mito uma longa duração e uma grande força de atração para as massas.



significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da reeleitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. [...] Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB (GOMES, 2002, p. 67-68).

Com base nisto, Gomes propõe, em oposição ao “pacto populista”, a ideia de “pacto trabalhista”. Acerca desta concepção de “pacto trabalhista”, a autora afirma que:

[...] procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente. A lógica deste pacto, cuja efetivação estava sendo datada, precisa ser entendida numa perspectiva temporal muito mais ampla, que conectava o período do pré e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado Novo. Neste aspecto particular, o trabalho procurava se contrapor à uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação (GOMES, 2001, p. 47-48).

Indo ao encontro das análises de Gomes e de sua compreensão do conceito de populismo como um mito político, Ferreira (2001, p. 63-64) não o entende como um fenômeno determinante para a relação entre Estado e sociedade no período que vai de 1930 a 1964, ou ainda como uma característica da política nacional neste intervalo temporal. Para o autor, trata-se de “uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e, portanto construída, para explicar esta mesma política” (FERREIRA, 2001, p. 64). A utilização do conceito de populismo como fonte explicativa da política brasileira no referido momento acarreta, na visão de Ferreira (2012, p. 319-320), em uma perda no que tange as especificidades e historicidades de cada projeto político. Em virtude disto, o autor propõe, assim como Gomes, o abandono do conceito e a utilização dos termos nativos, ou seja, das expressões utilizadas pela sociedade brasileira em determinado momento, para se referir a estes protagonistas do passado (trabalhistas, pessedistas, comunistas, udenistas, socialistas, etc.).

A gênese do populismo no debate político (1945-1964)

Para além do campo intelectual e de um conceito formulado a fim de explicar a política brasileira no período entre 1930 e 1964, o populismo é também um categoria que tem a sua gênese no interior do campo político. Conforme explica Ferreira (2001, p. 111-113), em meados de 1945, quando se iniciou a experiência democrática, as palavras “populismo” e “populista” ainda não faziam parte do vocabulário brasileiro, todavia aqueles que se tornariam fundamentos explicativos já estavam lançados, por exemplo, sob a forma de demagogia e manipulação. Tais



termos, segundo o autor, eram empregados no discurso liberal-conservador como interpretações acerca da relação estabelecida entre determinados líderes políticos (especialmente Getúlio Vargas) e as camadas mais baixas da população. Exemplo disto, em nível nacional, é nos dado pelo próprio autor ao citar um editorial do jornal *Diário da Noite*, de São Paulo, publicado em agosto de 1945. Segundo o jornal, além de certa popularidade, o prestígio de Vargas com os trabalhadores urbanos, manifesto durante o “queremismo”, explicava-se:

pela propaganda demagógica do Estado Novo. Hitler e Mussolini também, por força mística que souberam difundir, [...] desfrutaram de popularidade [...] de milhões de homens fanatizados, bestializados (...), excitando sua imaginação (FERREIRA, 2001, p. 112).

Ainda em nível nacional, Weffort, em sua já citada obra *O populismo na política brasileira* (1978), também identifica, por volta da década de 1940, a utilização destes termos nos discursos políticos. Entre outros casos, o autor (1978, p. 21) aponta para análises como a de Rubens do Amaral, jornalista liberal ligado a União Democrática Nacional (UDN), que, em um balanço das eleições presidenciais de 1945 e da derrota de seu partido, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, identifica o que chama de “suborno coletivo”. Nas palavras deste jornalista, “(...) o voto secreto transfere o suborno do indivíduo para os grupos, as classes, os sistemas de interesse” (WEFFORT, 1978, p. 21).

No mesmo jornal, já no ano de 1947, Weffort (1978, p. 24) destaca as declarações de outro liberal, Plínio Barreto. Ainda sob o impacto da derrota da UDN nas eleições de 1945, Barreto “aconselha” aqueles que pretendem obter êxito na política: “Evite por todos os meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo que ele pede e abrace-o quando puder” (WEFFORT, 1978, p. 24). Para Plínio Barreto, uma democracia com a participação das massas nada pode significar, afinal as massas têm uma “irresistível tendência para o pulha”.

Por fim, no que se refere ainda à obra de Weffort, cabe chamar a atenção para uma citação retirada pelo autor de uma nota editorial da revista *Anhembi*. Tal referência expõe a perplexidade dos liberais ligados às classes médias tradicionais diante da ampla vitória obtida por Vargas nas eleições de 1950, e elucida o caráter explosivo da emergência política das massas neste período:

No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia berrada das janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes



restava: naquele que se proclamava o pai dos pobres, o messias charlatão (WEFFORT, 1978, p. 21).

Exemplos em nível local, por sua vez, nos são trazidos por Douglas de Souza Angeli, na recente obra organizada por Carla Brandalise e Marluza Marques Harres, *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)* (2017). Em capítulo de sua autoria, intitulado *Os “demagogos” e o “Cantão”: imprensa, PTB o bloco anti-PTB na disputa pelo eleitor dos bairros operários de Canoas/RS (1951-1959)*, o autor busca, entre outras coisas, demonstrar como as noções de demagogia e manipulação foram utilizadas no discurso do bloco anti-PTB enquanto estratégia de mobilização eleitoral, na disputa pelo voto das camadas suburbanas do referido município.

Entre outros casos, Angeli (2017, p. 122-123) cita uma matéria publicada em agosto de 1954 no jornal *Expressão* (de orientação anti-petebista), intitulada *Enchente e política*, na qual o periódico denunciou a exploração política, por parte de alguns candidatos, das enchentes que atingiram o município, uma vez que as mesmas coincidiram com o início das campanhas eleitorais. Nela, afirma: “O fato é que determinados candidatos estão suprindo a ausência de virtudes pessoais para atrair as preferências do eleitorado com a distribuição de gêneros alimentícios aos flagelados, ocasião em que aproveitam para insinuar a propaganda eleitoral”. Na mesma matéria, o jornal aponta ainda para a realização de publicidade destas doações “sem o menor pudor de atentar à dignidade alheia”, e lista os alvos principais destes políticos – a saber, as vilas Mathias Velho, Rio Branco e parte da vila Niterói – que, devido as frequentes cheias, tornaram-se “eterno objeto de demagogia” por parte dos mesmos.

Além deste, outro exemplo trazido pelo autor (2017, p. 133-134) é uma declaração de Sezefredo Azambuja Vieira – candidato à prefeitura de Canoas nas eleições de 1955 por uma coligação que reunia o Partido da Representação Popular (PRP), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Libertador (PL) –, publicada no mesmo jornal em agosto de 1954. Nela, o perrequista busca explicar o sucesso petebista junto aos trabalhadores, tendo como base argumentos também utilizados por elites conservadoras: de que trabalhadores, oriundos do interior e destituídos de tradição política, quando transformados em eleitores, se deixam iludir pelos políticos demagogos. Segundo Azambuja Vieira:

Sobre a maior concentração tipicamente operária do estado se abate o medonho impacto da demagogia política, pois o terreno é propício ao êxito propagandístico. Ao trabalhador canoense não se explica que uma cidade não se constrói com os ribombantes e vagos programas partidários, nem com discursos nem com promessas, mas com pertinácia, paciência e cooperação de todos. (ANGELI, 2017, p. 134)



Como se pode constatar a partir dos exemplos acima, termos como demagogia e manipulação não possuíam, ao menos a princípio, nenhuma relação com as palavras “populismo” e “populista”. De acordo com Ferreira (2001, p. 115-116), estes termos já existiam no pós-1945, contudo raramente eram utilizados. Quando de sua utilização, tais expressões surgiam como elogiosas. Segundo o autor, ser um “líder populista” neste período, tal como Getúlio Vargas e João Goulart, não significava utilizar como recursos a mentira, a demagogia e a manipulação. Do contrário, a expressão pode ser traduzida para os dias atuais como “líder popular”, aquele que representa os “anseios políticos populares” ou dos “movimentos populares”.

Apesar de populares, Ferreira (2001, p.119-120) afirma que Vargas e Jango sofriam duras críticas, especialmente da imprensa, que, na compreensão do autor, visavam não a eles, mas sim aos trabalhadores brasileiros e aos movimentos sindicais. Para Ferreira, no projeto liberal-conservador brasileiro, encabeçado pela UDN e por parte significativa da imprensa, não haveria espaço de cidadania plena para as classes trabalhadoras. Por conta disto, esta parcela da imprensa, que, em decorrência da negação de alguns princípios básicos do liberalismo, rejeitava o governo instaurado por Vargas em 1930, passou a partir de 1945 a identificar nos trabalhadores e na ampliação/extensão de seus direitos sociais uma ameaça à ordem liberal, bem como a disseminar uma política de exclusão dos mesmos. Alguns destes ataques, realizados em um primeiro momento a Vargas e posteriormente ao PTB, podem ser identificados nos exemplos já citados, onde se buscou relacionar a política getulista à mentira, à demagogia e à manipulação.

Esta política de exclusão, conforme explica Ferreira (2001, p. 120-121), delineou a imagem de uma “democracia populista”. Nas décadas de 1940 e 1950, a partir de uma aproximação entre jornalistas, historiadores e sociólogos, foram formuladas as primeiras teses acerca do “populismo na política brasileira”. Entretanto, foi na década de 1960 (especialmente a partir de 1963), que tal aliança se expandiu e passou a incluir, além de jornalistas e sociólogos (agora oriundos das universidades), diversas outras fações da sociedade brasileira (militares golpistas, Igreja, capitalistas, classes médias conservadoras e marxistas-leninistas ortodoxos) que possuíam no trabalhismo um inimigo em comum.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2001, p. 347), a união de camadas da sociedade que possuíam uma profunda aversão ao protagonismo das classes trabalhadora no pós-1945, assim como a mudança brusca no sentido dos termos populismo e populista, devem ser entendidas no contexto da radicalização das lutas sociais, ocorrida no início dos anos 1960. De acordo com o autor:



Com a radicalização das lutas sociais, entre 1961 e 1964, as palavras populismo e populista passaram a designar, sobretudo para as forças conservadoras, tudo o que de pior podia existir na cultura política existente: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo. Devidamente demonizadas, estas tradições deveriam ser negadas, vencidas e varridas da história do país (AARÃO REIS FILHO, 2001, p. 347).

E foi, de fato, varrido. Enfim sepultado pelo golpe civil-militar de 1964, o trabalhismo acabou batizado pela sociologia paulista de populismo (FERREIRA, 2001, p. 121). Sociologia paulista a qual se vinculavam autores como, por exemplo, o já citado Francisco Weffort.

Leonel Brizola, o trabalhismo e a experiência democrática brasileira (1945-1964)

Conforme Ferreira (2012, p. 315-316), a experiência democrática brasileira, período que corresponde aos anos entre 1945 e 1964, caracterizou-se, em especial, pela emergência de partidos políticos nacionais organizados, com programas políticos ideológicos e identificados com o eleitorado. Em decorrência disto e em oposição à tese de que os aspectos decisivos da luta política estavam vinculados apenas à luta entre personalidades, o autor identifica nestes partidos a existência de projetos, que por sua vez eram reconhecidos pela população. De acordo com Ferreira:

Quem votava no PTB sabia o que estava fazendo. Votava pelo nacionalismo, pela reforma agrária, pela manutenção e ampliação dos direitos sociais. Quem votava na UDN também sabia o que estava fazendo. Votava contra o trabalhismo, com sentimento anticomunista, pela abertura do país ao capital estrangeiro e por uma democracia restritiva, particularmente contra o movimento sindical. A identificação do eleitorado com os partidos políticos, algo difícil de construir, mas fácil de ser desmantelada, era algo evidente no período (FERREIRA, 2012, p. 316).

Corroborando com a tese de Ferreira, Gomes (2009, p. 48) afirma que, do ponto de vista da prática da cidadania política, esta experiência dirigia-se rumo à consolidação dos partidos políticos nacionais, com os quais os cidadãos, de forma crescente, se identificavam, até ser interrompida pelo golpe civil-militar de 1964. Entre estes projetos e partidos políticos, referidos por Ferreira e Gomes, encontram-se o trabalhismo e o PTB.

Na percepção destes autores, o trabalhismo no Brasil pode ser compreendido de diferentes maneiras. Na visão de Ferreira (2012, p. 307-309), pode ser entendido como um projeto político nacional-estatista, formulado com a intenção de superar a relação de dependência existente com relação às grandes potências, envoltas na Segunda Guerra, e dar à nação certo grau



de autonomia no cenário mundial. Já para Gomes (2016, p. 304-305), como referido anteriormente, pode ser concebido também como uma ideologia e uma tradição política, frutos do Estado Novo em seu segundo momento, que envolveram um conjunto de crenças, valores, vocabulário e práticas festivas, ou ainda como um projeto que se vincula ao nacionalismo e à promessa de justiça social, centrada nos direitos trabalhistas.

Com o retorno da democracia e a reorganização partidária, em 1945, Gomes (2016, p. 305) afirma que se buscou criar um partido capaz de abrigar tal ideologia. Assim nasceu o PTB. Na compreensão de Gomes (2005, p. 282), o partido foi concebido como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro e como forma de canalizar os esforços investidos por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, na organização sindical. Esta preocupação do partido com as questões trabalhistas, de acordo Lucília de Almeida Neves Delgado, pode ser constatada em suas primeiras proposições programáticas:

Tais proposições programáticas, apresentadas no ano de fundação do PTB – 1945 –, indicam que, na sua origem, o petebismo, que bebeu nas águas de um projeto trabalhista que já se insinuara antes dos anos 30, tinha nas questões sociais e na organização tutelada e não conflitiva da participação política dos trabalhadores o eixo de duas preocupações (DELGADO, 2001, p. 175-176).

Devido a isto, Ferreira entende (2005, p. 376) que o PTB atuou, entre os anos de 1945 e 1964, como um canalizador de demandas operárias e populares, promovendo a interlocução entre Estado e estas classes. É do interior deste partido, ainda nos primeiros anos da experiência democrática, que surgiu Leonel Brizola.

Para Ferreira (2016, p.24), Brizola destacou-se no cenário político brasileiro durante a experiência democrática, entre outros motivos, por sua ascensão meteórica. Em 1945 entrou para o PTB e, ainda como acadêmico de engenharia, fundou a ala estudantil do partido. Nas eleições de 1947 foi eleito deputado estadual, cargo para o qual foi reeleito em 1950. Em 1951, disputou as eleições para a prefeitura de Porto Alegre e foi derrotado. Assumiu, em 1952, a Secretaria de Obras do Estado e, em 1954, foi eleito deputado federal. Em 1955, venceu as eleições para a prefeitura de Porto Alegre. Já em 1958, tornou-se governador do Rio Grande do Sul.

Durante a sua administração no Rio Grande do Sul, Ferreira (2016, p. 25) afirma que Brizola adotou uma série de medidas que causaram impacto entre as esquerdas, tais como a criação de 5.902 escolas primárias, o apoio ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e, especialmente, a nacionalização de duas empresas norte-americanas de energia elétrica e comunicações. Entretanto, foi ao comandar a Campanha da Legalidade (que após a renúncia de



Jânio Quadros, garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República), em agosto de 1961, que o governador do PTB alçou-se ao posto de liderança nacional entre as esquerdas.

Nacionalmente conhecido e reconhecido enquanto liderança política, Brizola candidatou-se, em 1962, a deputado federal pela Guanabara. Nesta eleição, segundo Ferreira (2016, p. 37) recebeu aproximadamente 269 mil votos (o equivalente a 27% dos votos válidos), que correspondem a maior votação recebida por um candidato parlamentar até aquele momento. Já como deputado federal pela Guanabara, o autor (2016, p. 37-44) destaca outros dois acontecimentos marcantes da trajetória de Brizola que elucidam sua tomada de posição à esquerda e radicalização política: a formação da Frente de Mobilização Popular (composta por organizações e partidos de esquerda, das quais Brizola se tornou o porta-voz) e dos Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze (organizações populares, compostas por trabalhadores urbanos e rurais, civis e militares), ambos com o intuito de pressionar João Goulart a realizar as Reformas de Base.

Brizola, o populismo e os processos eleitorais do Rio Grande do Sul (1958-1962) nas análises de Armando Fay de Azevedo

Situado o conceito de populismo no debate historiográfico e político, bem como realizadas as devidas considerações metodológicas acerca da utilização de periódicos na pesquisa histórica, interessa-nos perceber como o mesmo foi aplicado às análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições de 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul. Começamos pelo pleito 1958, no qual, conforme explica Mercedes Maria Loguercio Cánepa (2005, p. 221-261), Brizola – candidato do PTB, aliado ao PRP e ao Partido Social Progressista (PSP) –, enfrentou Walter Peracchi Barcelos – candidato do PSD, aliado a UDN e ao PL, formando a chamada Frente Democrática – na disputa pelo governo estadual, da qual foi vencedor, obtendo 670.003 votos (55,18%), contra 500.944 votos (41,20%) de Walter Peracchi Barcelos.

Em *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul*, ao analisar o resultado do pleito para governador do Estado, Azevedo (1960, p. 258-259) afirma que o mesmo pendeu para a “grei populista”, registrando-se em solo gaúcho o chamado “fenômeno Brizola”. Tal termo é utilizado pelo autor para definir a vitória do candidato trabalhista, com a maior votação obtida até aquele momento por um postulante ao governo do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, Brizola é o que se pode considerar como político nato, ou político de vocação. Caracteriza-se como um caso raro – senão inédito – na política nacional, devido tanto à sua rápida ascensão política quanto ao fato de, desde a sua juventude, não ter exercido nenhuma atividade privada, senão o ofício político.



Na compreensão de Azevedo, tal fenômeno foi suplantado, regional e nacionalmente, apenas pelo “fenômeno Jânio Quadros”, e elevou Brizola ao patamar de outros grandes nomes do PTB.

Entretanto, como explicar este “fenômeno Brizola”? De acordo com Azevedo (1960, p. 259-260), entre os principais fatores responsáveis pela vitória do candidato trabalhista, estão o seu “corte excepcional de populista” e o seu senso de conquista do eleitorado. Tal resposta nos leva a uma segunda indagação: o que Azevedo entende como populismo? Para ao autor, o populismo é antes a “técnica de conquista do eleitorado, modo de se conduzir perante este, habilidade de atraí-lo”, do que uma doutrina ou postura ideológica. Sem desconsiderar, em alguns casos, a relação entre populismo e demagogia, Azevedo afirma que o “populismo à moda brasileira” significa, sobretudo, “aproximação direta à massa, e falar, tanto quanto possível, na sua linguagem, aos seus sentimentos”. Definido isto, eleva-se um terceiro e último questionamento, crucial na compreensão da análise de Azevedo acerca deste pleito: como este populismo de Brizola foi traduzido em práticas eleitorais capazes de fazê-lo atingir este histórico percentual de votos?

De acordo com Azevedo (1960, p. 270-271), as campanhas eleitorais deste pleito foram marcadas pela plutocratização e pelo excesso de propaganda eleitoral. Segundo autor, vultosa foi a soma monetária (oriunda de candidatos abastados, de grupos econômicos interessados nos processos eleitorais e vinculados a algum candidato, ou ainda de “escusas manobras” protagonizadas por candidatos e partidos políticos) despendida na compra de faixas, cartazes, volantes, publicações na imprensa e espaços de rádio. Além dos altos gastos com propaganda, Azevedo destaca também o seu uso excessivo e extensivo nos mais variados meios (ruas, rádio, alto-falantes, imprensa escrita e via postal) e seu desvirtuamento (que levou, por vezes, à retaliação pessoal, à difamação e à intriga), assim como as centenas de quilômetros percorridos pelos candidatos em todo Estado e a realização de milhares de comícios.

Inserido neste contexto, Brizola valeu-se de inúmeras destas práticas em sua campanha eleitoral. Entre os principais artifícios do candidato trabalhista, antes e durante o período eleitoral, Azevedo (1960 p. 259-260) destaca a utilização do rádio. Conforme o autor, Brizola soube, de forma incansável, madrugar através de uma extensa fala radiofônica, semanalmente, durante anos, “usando de uma linguagem tosca, de sofredor, injustiçado, perseguido pelos poderosos, na sua sempre apregoada luta em defesa dos desprotegidos da fortuna”, remetendo todo o tempo às suas origens humildes, de homem do povo. Com isto, passou a estar presente, todas as sextas feiras, em inúmeros lares do Rio Grande do Sul, tal como mais um de seus



moradores. Além do rádio, Azevedo aponta para a vasta publicidade através da imprensa, para a ação direta junto a todos os núcleos do PTB espalhados pelo Estado, para a organização partidária (que com muita antecedência e em massa, permitiu a inscrição de eleitores), e também para a mística getulista (base de sua campanha eleitoral) como fatores determinantes para a vitória de Brizola.

A disputa pelo governo do Rio Grande do Sul em 1962, diferentemente do pleito anterior, não contou com a presença de Leonel Brizola, que, como dito anteriormente, concorreu ao cargo de deputado federal pela Guanabara. Nesta eleição, segundo Cánepa (p. 289-377), concorreram ao cargo de governador do Rio Grande do Sul os candidatos Egydio Michaelsen – candidato do PTB –, Ildo Meneghetti – candidato do PSD, apoiado pelo PL, UDN, PRP, PSP e Partido Democrata Cristão (PDC) – e Fernando Ferrari, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em outubro de 1962, Meneghetti sagrou-se, pela segunda vez, governador do Estado, obtendo 502.356 votos (37, 10%), contra 480.131 de Michaelsen (35,46%) e 290.384 de Ferrari (21,45%).

Em sua análise deste pleito, intitulada *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, Azevedo (1964, p. 257) destaca novamente a presença do populismo na política gaúcha e, em especial, na disputa pelo governo estadual. Todavia, faz algumas retificações na conceptualização do populismo por ele realizada anteriormente. Se na análise anterior o autor compreendia o populismo enquanto técnica de conquista e mobilização do eleitorado, nesta (apesar de admitir a continuidade do que classifica como um “tipo amorfo” de populismo, que possui como seu expoente Adhemar de Barros, líder nacional do PSP) Azevedo passa a associar o mesmo ao nacionalismo, e, principalmente, ao antiamericanismo, ao estatismo e à agitação, frutos da tomada de posição à esquerda de uma fração do trabalhismo brasileiro, representante deste populismo, encabeçada por Brizola.

Este populismo, na visão de Azevedo (1964, p. 255-257), encontra-se fortemente enraizado na política do Rio Grande do Sul. Apesar das mudanças ocorridas na composição das coligações entre 1958 e 1962, verifica-se, de acordo com o autor, uma continuidade do quadro de disputa entre duas correntes de opinião, existentes no Estado desde 1945: de um lado, os conservadores (centro-democráticos); de outro, os trabalhistas (populistas). No que se refere a este segundo grupo, o autor afirma que suas pregações caracterizam-se por um misto de populismo, esquerdismo e demagogia. Em seus discursos, acenam às massas ingênuas –



especialmente nos meios estudantis – com “reformas de base” e promessas de mudanças imediatas, promovendo perigosamente barulho e agitação.

Mas afinal, qual a influência do populismo sobre o resultado deste pleito? Na interpretação de Azevedo, se a vitória de Leonel Brizola nas eleições de 1958 deve-se ao seu “corte excepcional de populista”, em 1962 a derrota do também trabalhista Michaelsen para a ADP, representada por Meneghetti, tem no populismo o seu cerne. Segundo o autor (1964, p. 257), o quadro sucessório no Rio Grande do Sul, polarizado entre os já citados conservadores (centro-democráticos) e os trabalhistas (populistas), possuiu como figura central deste segundo grupo não o seu candidato, ao qual adjetiva como um homem de espírito lúcido e equilibrado, mas sim o radical Brizola. A conduta do governador como estadista e principalmente como político, inquietante por seu radicalismo e agitação (ou seja, o seu populismo), associada à mensagem de ordem, sossego e trabalho, representada pela candidatura de Meneghetti, são vistas por Azevedo (1964, p. 263-264) como fatores determinantes para a derrota trabalhista, devido ao anseio do povo do Rio Grande do Sul por ordem e tranquilidade, frente às barulheiras e agitações promovidas por Brizola e à sua ânsia por mudanças imediatas.

Considerações finais: as análises de Armando Fay de Azevedo e a construção do populismo como mito da política brasileira

Com base nestes apontamentos, voltamos ao problema inicial deste trabalho: como os balanços das eleições de 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul, realizados por Armando Fay de Azevedo, se enquadram no processo de construção do mito do populismo na política brasileira, referido por Gomes e Ferreira? De que forma tais análises inserem o PTB e Leonel Brizola neste contexto? Como estas análises podem ter contribuído para a elaboração da imagem de um partido e de um político populistas?

Conforme citado anteriormente, a mistificação do populismo teve a sua gênese entre as décadas de 1950 e 1960, quando, ainda como categoria, foi apropriado por parte de uma imprensa liberal-conservadora e do meio acadêmico, nos quais Azevedo encontrava-se inserido. Em suas análises eleitorais, produzidas neste exato contexto, é possível perceber uma convergência de elementos destes discursos, político e intelectual, referentes à relação entre líder político e massas populares. Líder político cativante, sedutor, demagogo, “charlatão”, capaz de se aproximar das massas e falar na sua linguagem e aos seus sentimentos, de abraça-las, de empolgá-las, de conquista-las, de suborna-las e de mobiliza-las para a conquista do poder. Massas



populares, por sua vez, pobres, famintas, iletradas, incapazes de refletir, sem consciência, sentimento ou organização de classe, destituída de tradição política e, devido a isto, manipuláveis e suscetíveis ao suborno oferecido pelo político populista.

Porém, para, além disto, nota-se também uma diferença na conotação dada por Azevedo ao termo em suas duas análises. Em *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul*, o populismo é utilizado, positivamente, como chave explicativa para o sucesso obtido no pleito por Brizola, sendo concebido pelo autor não como mera demagogia, mas como capacidade de mobilização eleitoral. Já em *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, o populismo é empregado na análise de Azevedo como algo extremamente negativo, sendo compreendido como um dos fatores preponderantes para a derrota do candidato trabalhista, Egydio Michaelsen. Esta mudança na conotação do termo, semelhantemente à convergência entre elementos dos discursos intelectual e político, pode ser vinculada ao processo de construção do mito do populismo, no qual, especialmente a partir do início da década de 1960, o sentido do termo foi negativado, passando a ser associado, entre outras coisas, à demagogia e à manipulação. Se no primeiro caso a concepção de populismo empregada por Azevedo está ligada, em grande medida, às primeiras formulações desta categoria, que entendem o político populista enquanto “líder popular”, aquele que representa os anseios políticos “populares” ou dos “movimentos populares”, no segundo caso o termo aproxima-se muito mais do conceito de populismo, que após 1964 passou a ser amplamente difundido na obra de teóricos como o já citado Francisco Weffort.

Em paralelo a esta negatificação do populismo, iniciou-se também, no contexto de radicalização da política e das lutas sociais do princípio da década de 1960, a associação do termo, já sob a forma de demagogia e manipulação, ao PTB e ao trabalhismo. Uma associação que foi incorporada ao conceito e que passou a compor o mito do populismo, especialmente nas interpretações clássicas do pós-golpe. Este processo de vinculação torna-se nítido no comparativo das análises eleitorais de 1958 e 1962. Se na primeira análise realizada Azevedo associa o populismo a práticas que aproximam os líderes políticos as massas populares, no segundo caso o autor passa a vincular o populismo diretamente ao PTB. Diferentemente do primeiro caso, no qual busca dissociar o populismo de questões ideológicas, em sua segunda análise Azevedo passa a defini-lo enquanto ideologia trabalhista. Ideologia esta carregada de nacionalismo, estatismo, antiamericanismo e agitacionismo, frutos de uma tomada de posição à esquerda de parte do partido, e também de manipulação e a demagogia, manifestas, por exemplo, em suas pregações acerca das Reformas de Base.



Se, entre as análises das eleições de 1958 e 1962, o PTB e o trabalhismo passaram a ser sinônimo de populismo, Leonel Brizola por sua vez tornou-se a personificação do líder populista. Diferentemente de *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul*, no qual o líder trabalhista é visto por Azevedo como um político capaz de interpelar as massas, de falar a sua linguagem e tocar os seus sentimentos, em *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul* Brizola é tido pelo autor como um político demagogo, manipulador e agitador. Adjetivações que o acompanharam no debate político e em inúmeros estudos acadêmicos, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Assim como a associação do PTB e do trabalhismo ao populismo está intimamente ligada à radicalização da política e das lutas sociais do princípio da década de 1960, a mudança na interpretação acerca da atuação política de Brizola também se encontra vinculada a este contexto, no qual o trabalhista atuou como um dos principais porta-vozes das esquerdas no Brasil, bem como um ardil defensor das Reformas de Base.

Por fim, no que se refere ao papel desempenhado por tais análises na construção do mito do populismo na política brasileira e na elaboração da imagem do PTB e de Leonel Brizola como um partido e um político populistas, é impossível mensurarmos seu impacto. Contudo, é possível afirmar que, devido à sua relevância neste período (considerando o número restrito de revistas que se propuseram a esta abordagem, sua ligação com uma das mais reconhecidas Faculdades de Direito da época, o financiamento estatal e o prestígio dos autores que nele publicavam), a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* foi identificada por Armando Fay de Azevedo como um instrumento de difusão desta concepção de populismo e, conseqüentemente, também como um meio de desvalorização da política trabalhista e de disseminação de ideais liberais-conservadores que a ela se opunham.

A partir destas primeiras percepções, novos questionamentos, que caberiam ser tema de outro trabalho, se colocam: qual o papel da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* neste processo de construção do mito do populismo na política brasileira? A análise de Azevedo foi algo isolado dentro do periódico, ou reflete também um posicionamento editorial? Como a trajetória política e acadêmica do autor reflete as concepções de populismo elaboradas por ele em *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul* e *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*?

Referências bibliográficas:



AARÃO REIS FILHO, D. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

ANGELI, Douglas de Souza. Os “demagogos” e o “Cantão”: imprensa, PTB e bloco anti-PTB na disputa pelo eleitor dos bairros operários de Canoas/RS (1951-1959). In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 115-148.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.8, p. 255-278, 1960.

_____. Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.16, p. 251-272, 1964.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

CAMPOS, Milton Soares. Apresentação. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 1, p. 7-8, 1956.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo**, Porto Alegre, n. 13, 1995, p. 19-29.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

_____. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

_____. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23-52.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. [1º edição de 1988]

_____. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.



_____. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. **Varia Historia**, nº 28, p. 55-68, 2002.

_____. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al]. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

_____. Brizola e o trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-310.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Que é o ademarismo? Cadernos de Nosso Tempo, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.139-149, jan./jun. 1954.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto da Costela**: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). [Dissertação Mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. **Capítulos de História Política**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

TRINDADE, Héliogio; NOLL, Maria Izabel (Orgs.). **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)**. Porto Alegre: CORAG, 2005. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/biblioteca>

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.